

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 18 de abril de 2024 • Nº 1786 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

IBC-Br

Atividade econômica sobe 0,4% em fevereiro

O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) aumentou 0,4% de janeiro para fevereiro, informou o Banco Central nesta quarta-feira. O indicador é considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país). Tendo como recorte o tri-

mestre encerrado em fevereiro deste ano, o resultado é também de alta de 1,23%. A comparação é dessazonalizada, que desconsidera diferenças de feriados e de oscilações da atividade econômica, típicas de determinadas épocas do ano. Se comparada a fevereiro de 2023, a variação ob-

servada resultou em uma alta de 2,59%. E nos 12 meses acumulados de março de 2023 a fevereiro de 2024, a alta está em 2,34%. A comparação observada entre os trimestres encerrados em fevereiro de 2024 e fevereiro de 2023 tem como resultado um crescimento de 2,35%. **PÁGINA 2**

CRIMES AMBIENTAIS

2024/2028

Pecuarista pode ter de pagar R\$ 5 bi em multas

O pecuarista Claudecy Oliveira Lemes ficou em silêncio durante depoimento virtual realizado na terça-feira passada pela Polícia Civil de Mato Grosso. Ele é acusado de ter gastado mais de R\$ 25 milhões em ações de desmate químico, em áreas que totalizam 81 mil hectares no Pantanal mato-grossense. Segundo o Ministério Público do Mato Grosso, Claudecy terá que pagar R\$ 5,2 bilhões entre multas aplicadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e valorização do dano ambiental, considerado o maior já registrado no Estado mato-grossense. Ele também já foi alvo de outras ações judiciais que resultaram na indisponibilidade de 11 fazendas, na apreensão judicial dos animais dessas propriedades e no embargo das áreas afetadas. De acordo com as investigações, os crimes ambientais de uso irregular de agrotóxicos em área de vegetação nativa teriam sido praticados em imóveis rurais de propriedade de Claudecy, no município de Barão de Melgaço. **PÁGINA 5**

Bird e IFC anunciam investimento de mais de US\$ 7 bi ao ano no País

EDILSON RODRIGUES/DIVULGAÇÃO



O Grupo Banco Mundial (GBM) anunciou investimentos de mais de US\$ 7 bilhões ao ano no Brasil entre 2024 e 2028, por meio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e da Corporação Financeira Internacional (IFC), envolvendo ainda a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA). Os investimentos estarão atrelados às estratégias de economia inclusiva e verde no Ama-

zona e em outros biomas brasileiros. "O objetivo geral da estratégia é ajudar o Brasil a construir uma economia mais produtiva, mais inclusiva e mais verde, incluindo na Amazônia e em outros biomas importantes, ao mesmo tempo que apoia, de forma sistemática, a governança institucional e a redução das disparidades raciais e de gênero", diz Johannes Zutt (foto), diretor do Banco Mundial para o Brasil. **PÁGINA 2**

ATAQUE AO MST

SUPER-RICOS

Câmara quer acelerar projeto para retomar terra

PÁGINA 5

Haddad espera acordo do G20 até novembro

Grupo que reúne as 20 maiores economias do planeta, a União Europeia e a União Africana, o G20 pode chegar a um acordo sobre a taxação de super-ricos até novembro, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em viagem aos Estados Unidos, o ministro disse que o

governo do presidente Joe Biden apoia a medida, proposta pelo Brasil, que exerce a presidência do G20 até novembro deste ano. "Podemos, em julho, e depois, em novembro, soltar um comunicado político com um consentimento dos membros do G20", diz Haddad. **PÁGINA 2**

CONGRESSO

LULA MARQUES/ABRASIL



ORÇAMENTO

Governo inclui despesa extra permitida pelo arcabouço

PÁGINA 2

Moraes vai ao Senado e defende regulamentação das redes sociais

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes (foto) defendeu a regulamentação das redes sociais durante a sessão de apresentação do anteprojeto de reforma do Código Civil, realizada no plenário do Senado ontem. O magistrado afirmou, em discurso, que "éramos felizes e não sabíamos" antes das plataformas digitais. A responsabilização jurídica das empresas é um dos temas abordados na proposta de nova redação do código. Antes da sessão, Moraes se encontrou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA: -0,17% / 124.171,15 / -217,47 / Volume: R\$ 47.712.315.498 / Negócios: 4.301.211						Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,47% (mar.)	EURO turismo				
Majores Altas						Majores Baixas			Mais Negociadas			Ufir	R\$ 4,3329	IPCA	0,16% (mar.)	Compra: 5,6497	Venda: 5,8297
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Fechamento	%	Taxa Selic	11,25%	CDI	11,15%	Compra: 5,2469	Venda: 5,2434	
CSNMINERACAOON N2	5.200	+5,48	+0,270	MARFRIG ON NM	9,72	-6,45	-0,67	IBOVESPA IBO	124140,00	-3,15	-4037,00	(01/02)	(01/02)	11,15%	Compra: 5,2428	Venda: 5,2434	
LWSA ON NM	5,03	+3,71	+0,18	CVC BRASIL ON NM	1,88	-5,05	-0,10	VALE ON NM	62,11	+1,09	+0,67	Poupança 3	(18/04)	0,6022%	Compra: 5,2698	Venda: 5,4498	
VAMOS ON NM	7,660	+2,54	+0,190	BRF SA ON NM	17,07	-3,99	-0,71	PETROBRAS PN N2	39,78	+0,73	+0,29	TR	(18/04)	0,1017%	Compra: 5,5952	Venda: 5,5958	
TOTVS ON NM	27,09	+2,38	+0,63	EZTEC ON NM	13,60	-4,43	-0,63	ITAUNIBANCOPI N1	31,69	+0,06	+0,02						
MRV ON NM	6,64	+1,22	+0,08	HYPERA ON NM	28,30	-3,81	-1,12	B3 ON NM	11,24	-0,79	-0,09						
									Dow Jones	37.753,31	-0,12						
									NASDAQ Composite	15.683,372	-1,15						
									CAC 40	7.981,51	+0,62						
									FTSE 100	7.847,99	+0,35						
									DAX	17.770,02	+0,14						
									Ftse Mib	33.632,71	+0,72						

CRIMES AMBIENTAIS

Pecuarista pode ter de pagar mais de R\$ 5 bi em multas

POR MADSON EULER/ABRASIL

O pecuarista Claudécy Oliveira Lemes ficou em silêncio durante depoimento virtual realizado na terça-feira passada pela Polícia Civil de Mato Grosso. Ele é acusado de ter gastado mais de R\$ 25 milhões em ações de desmate químico, em áreas que totalizam 81 mil hectares no Pantanal

mato-grossense.

Segundo o Ministério Público do Mato Grosso, Claudécy terá que pagar R\$ 5,2 bilhões entre multas aplicadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e valorização do dano ambiental, considerado o maior já registrado no Estado mato-grossense. Ele também já foi alvo de outras ações judiciais que resultaram na indisponibilidade de 11 fazen-

das, na apreensão judicial dos animais dessas propriedades e no embargo das áreas afetadas.

De acordo com as investigações, os crimes ambientais de uso irregular de agrotóxicos em área de vegetação nativa teriam sido praticados em imóveis rurais de propriedade de Claudécy, no município de Barão de Melgaço, a 121 km de Cuiabá.

O desmatamento ilegal teria

provocado a morte de árvores em pelo menos sete imóveis rurais, com a destruição de vegetação de área de preservação permanente e da biodiversidade. Entre julho e agosto de 2023, foram aplicados nove autos de infração e nove termos de embargo e interdição por causa de degradações ambientais que teriam sido praticadas pelo pecuarista.

ATAQUE AO MST

Câmara quer acelerar projeto que força desocupação de terra

LEVY TELES/AE

A Câmara dos Deputados continua a ofensiva contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e planeja acelerar a tramitação de mais um projeto de lei contra o grupo. Está na pauta do plenário um requerimento de urgência para uma proposta que permitirá ao dono de uma terra invadida pedir auxílio de força policial sem precisar recorrer de ordem judicial, bastando apenas apresentar a escritura do imóvel.

A aprovação da urgência as-

segura que o texto pode ir a votação diretamente no plenário, sem passar por análise em comissões. O líder do governo na Casa e deputados ligados ao movimento protestam contra a iniciativa do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

"Ele (Lira) está em processo de vingança e fica colocando uma pauta contra o ministro (das Relações Institucionais Alexandre) Padilha, o que é um equívoco. Ele está fazendo uma pauta contra o presidente Lula", disse Paulão (PT-AL), que tem ligação com o MST, antes mes-

mo de a sessão começar.

Como mostrou o *Estadão*, dois episódios mobilizam a reação de Lira, do Centrão e da oposição: a principal delas foi a exoneração do primo do presidente da Câmara, César Lira, da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Alagoas e a retomada das invasões de terra durante o "Abril Vermelho".

Foi a invasão de integrantes do MST na superintendência do Incra em Alagoas no ano passado, aliás, que foi o estopim para

abrir a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o movimento.

A indisposição de Lira com o governo segue em crescimento. Na semana passada, após o governo assegurar a prisão do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) em votação no plenário da Câmara, Lira chamou Padilha de "incompetente" e "desafeto pessoal".

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) quem começou a ofensiva ainda na segunda-feira, passada, colocando em pauta projetos contra o MST.

CONGRESSO

Moraes vai à entrega de Código Civil no Senado e encontra Lira

GABRIEL DE SOUSA/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes defendeu a regulamentação das redes sociais durante a sessão de apresentação do anteprojeto de reforma do Código Civil, realizada no plenário do Senado ontem. O magistrado afirmou, em discurso, que "éramos felizes e não sabíamos" antes das plataformas digitais. A responsabilização jurídica das empresas é um dos temas abordados na proposta de nova redação do código.

Antes da sessão, Moraes se encontrou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), diante da crise entre os Poderes, que inclui um movimento para criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar supostos abusos de autoridade pelo magistrado e outros ministros do Supremo.

A presença do ministro ocorreu de última hora, um dia após a Casa aprovar em dois turnos a PEC das Drogas, que confronta o julgamento do STF sobre a descriminalização da maconha para uso pessoal. O texto, agora, será analisado pela Câmara.

De acordo com interlocutores do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ouvidos pelo *Estadão*, Moraes avisou o senador sobre a sua presença minutos antes do início da sessão. A assessoria de Pacheco, por sua vez, informou que o ministro foi convidado previamente a compor a mesa da Casa.

Moraes afirmou que a atualização do Código Civil, vigente desde 2002, servirá para solucionar descentendimentos jurídicos. "Quanto mais moderna, quanto mais simplificada for, menos litígios vamos fazer surgir, menos problemas sociais

nós vamos ter", disse.

O anteprojeto foi elaborado por uma comissão composta por 40 juristas, presidida pelo ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Entre as mudanças propostas pelo grupo, estão a transmissão hereditária de contas nas redes sociais, critérios para criação de imagens de pessoas mortas por inteligência artificial, garantia do casamento civil para a população LGBTQIA+, reconhecimento jurídico de pets e regulamentação da doação de órgãos.

O Código Civil é um conjunto de normas que impactam o dia a dia dos cidadãos brasileiros, como regras sobre casamento, divórcio, herança e contratos. A atual legislação foi sancionada em 2002 e entrou em vigor no ano seguinte, em substituição à lei anterior, de 1916. Até 2023, o Congresso havia feito 63 alterações no código. A proposta de

mudanças feita pelo colegiado é ampla e sugere mais de mil revisões e atualizações na lei.

REUNIÃO COM LIRA

Antes de ir ao Senado, Moraes se encontrou com Lira. A reunião ocorreu no momento em que deputados da oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) querem criar CPI apurar supostos abusos jurídicos cometidos por Moraes e outros ministros da Corte.

O pedido para a criação do colegiado foi protocolado no final de novembro, após a coleta de 171 assinaturas requeridas pelo Regimento Interno da Casa. Cinco meses depois, a CPI ainda não foi instalada por Lira, mas o alagoano pretende tirar o requerimento, junto com outros, da gaveta, como forma de responder ao novo afeito na relação entre o presidente da Câmara e o Palácio do Planalto.

CÂMARA

Gleisi: ainda não há discussão no PT sobre nome que vai suceder Lira

POR RAFAELA FERREIRA/AE

A presidente do PT e deputada federal, Gleisi Hoffmann (PR), disse ontem, que, dentro do partido, ainda não há uma discussão sobre nome para disputar a sucessão de Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara dos Deputados. Segundo a petista, até o momento, também não há veto a nenhum possível candidato.

"Não temos essa discussão ainda e não temos veto a ninguém. O que dirige nossa posição na presidência da Câmara são alguns compromissos que o

próximo presidente tem que ter. Nós não vamos exigir definição ideológica, apoio a todas nossas ideias, não, mas alguns compromissos", disse em entrevista à Globonews.

Lira deve deixar o cargo de presidente da Casa no início de 2025, quando será realizada uma nova eleição. Ao ser questionada sobre uma candidatura pelo PT, a deputada afirmou que, a princípio, não tem uma definição, mas também não descarta possibilidade. "Não temos isso como objetivo, mas se for necessário para fazer o debate ou uma

disputa na Casa, não vemos problema."

A deputada também já sinalizou quais serão os critérios que devem levar o partido a apoiar um possível nome. Seguindo ela, candidato precisa ter estabilidade na Casa, respeito com os partidos e o tamanho das bancadas, além de previsibilidade nas pautas e discussões das sessões. "Ter estabilidade na Casa, para dar estabilidade ao governo e ao país. Isso não quer dizer que tem que concordar com tudo, mas ter uma relação que permita muito diálogo, que permita muitas

negociações e que ajude a enfrentar os problemas.

"Segundo, respeitar os partidos e os tamanhos das bancadas. O PT é a segunda maior bancada, então, é óbvio que o PT, por ser essa bancada, quer se ver representado nos espaços que a Câmara tem. Então, nós não queremos que tenha nada de subterfugio para nos tirar direitos que nós temos como bancada. Terceiro, ter o mínimo de previsibilidade nas pautas e discussões que a Casa vai ter. Não dá pra chegar 15 minutos antes da sessão ser instalada sem conhecer a pauta"

GESTÃO TARCÍSIO

Polícia Militar de SP deflagra nova operação na Baixada Santista

Após o desaparecimento do policial militar Luca Romano Angerami, no domingo passado, no Guarujá, a Polícia Militar de São Paulo deflagrou nova operação na Baixada Santista, litoral paulista. Um homem de 36 anos foi preso, suspeito de participação no crime.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP), cerca de 250 policiais foram deslocados para reforçar o policiamento, prender os envolvidos e auxiliar nas buscas pelo soldado.

A retomada do patrulhamento ostensivo na região ocorre menos de três semanas após o fim da Operação Verão, que foi criticada por entidades por causa da alta letalidade policial. Parentes de mortos e a Ouvidoria das Polícias de São Paulo falaram em supostos abusos das forças de segurança, o que é negada pela secretaria.

Na terça-feira, a PM localizou o corpo de um homem, ainda não identificado, na região do Guarujá. "O Corpo de Bombeiros foi acionado e retirou o corpo do local. A perícia foi acionada e as investigações seguem. Não há, no entanto, indícios de que se trate do policial desaparecido", acrescenta a pasta.

ENTENDA O CASO

Angerami está desapareci-

LIGAÇÃO COM PCC

Ônibus: prefeitura quer transparência em subsídios a empresas

A prefeitura de São Paulo publicou, na edição de terça-feira do Diário Oficial, projeto de lei (PL) para o orçamento de 2025, que propõe discriminar os subsídios pagos às empresas de ônibus, mostrando o valor usado para cobrir despesas correntes, como gastos com combustível, e o de aquisição de capital, como compra de ônibus. Apesar de constar no orçamento de 2025, a proposta diz que a medida será válida retroativamente para 2024. Questionada sobre a forma como são pagos os subsídios a essas empresas, a administração municipal respondeu, por meio de nota, que segue o disposto no Artigo 9º da Lei Federal 12.587/2012, nos artigos 11, VI, e Artigo 13 da Lei Municipal 13.241/2001, e no Artigo 18, Parágrafo único, do Decreto Municipal 58.200/2018.

"O subsídio, autorizado em lei federal, cumpre historicamente o papel de manter o sistema de transportes financeiramente equilibrado, mesmo quando as tarifas pagas pelos usuários não sejam suficientes para a cobertura total dos custos de operação do sistema. Dessa forma, evita-se a precarização do serviço ou o encarecimento da tarifa aos usuários, o que terminaria por desincentivar o uso do transporte público", diz a nota.

Segundo a prefeitura, a Secretaria Municipal da Fazenda estuda, de forma permanente, oportunidades de melhoria das informações contábeis e orçamentárias produzidas no âmbito municipal, de maneira a atender à legislação nacional, além de aumentar o grau de utilidade da informação contábil disponível.

A proposta apresentada no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, com aplicação já em 2024, já vinha sendo estudada pela Secretaria da Fazenda em um contexto de aumento das despesas orçamentárias com o subsídio à tarifa de ônibus, em linha com a política pública municipal de estímulo ao transporte público. A medida reflete o empenho

do desde a madrugada de domingo. Conforme a SSP, o veículo onde ele estava foi encontrado no mesmo dia por policiais militares rodoviários. O carro estava abandonado na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, mas ainda não há mais informações sobre o paradeiro do agente.

Ele foi identificado como integrante do efetivo do 3º Batalhão de Polícia Metropolitana, localizado na zona sul da capital paulista, segundo informações divulgadas pelo deputado estadual Major Mecca.

Ainda segundo a pasta, também no domingo, policiais realizavam buscas na Vila Santo Antônio, no Guarujá, quando abordaram um homem de 36 anos em atitude suspeita.

A secretaria afirmou que ele teria confessado, informalmente, ter participado de um suposto homicídio do policial, mas, ao ser conduzido à delegacia, teria manifestado o desejo de falar somente em juízo.

A Baixada Santista teve aumento do policiamento ostensivo durante a Operação Escudo, em agosto e setembro do ano passado, e na Operação Verão deste ano, entre dezembro e março. A mobilização policial ocorreu após mortes de agentes. O número de mortos nas duas operações policiais passa dos oitenta.

permanente da prefeitura para aumentar a transparência sobre o gasto público, seja na área de transportes ou em qualquer outra política pública municipal, acrescenta nota.

FIM DA LINHA

A medida vem depois da Operação Fim da Linha, do Ministério Público de São Paulo (MPSP), deflagrada para desbaratar um esquema de lavagem de recursos obtidos de forma ilícita pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Foram presos diretores de duas empresas de ônibus que operam na cidade de São Paulo: Transwolf e Uppbus.

Responsáveis pelo transporte de cerca de 650 mil passageiros por dia e proprietárias de 1.365 ônibus, as duas companhias receberam R\$ 800 milhões da prefeitura de São Paulo em 2023. Logo em seguida à operação, a prefeitura anunciou que assumiria a operação das linhas de ônibus das duas empresas, que atuam, respectivamente, nas zonas sul e leste paulistana.

A Justiça deferiu 52 mandados de busca domiciliar, quatro de prisão e cinco medidas cautelares. No entanto, a operação resultou na prisão de nove pessoas, três delas em flagrante, e na apreensão de 11 armas, 813 munições diversas, R\$ 161 mil, computadores, HDs e pen drives, de forma permanente, oportunidades de melhoria das informações contábeis e orçamentárias produzidas no âmbito municipal, de maneira a atender à legislação nacional, além de aumentar o grau de utilidade da informação contábil disponível.

A proposta apresentada no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, com aplicação já em 2024, já vinha sendo estudada pela Secretaria da Fazenda em um contexto de aumento das despesas orçamentárias com o subsídio à tarifa de ônibus, em linha com a política pública municipal de estímulo ao transporte público. A medida reflete o empenho

CHAMADA PÚBLICA

Fiocruz aprova 56 projetos para ações de saúde em favelas no RJ

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) divulgou, ontem, o resultado da chamada pública para Apoio a Ações de Saúde Integral nas Favelas do RJ. A instituição recebeu 143 proposições de diversos municípios do estado do Rio de Janeiro. Foram aprovados 56 projetos que vão receber aproximadamente R\$ 5,6 milhões. Dentre as propostas selecionadas, 55% foram elaboradas por organizações sociais que ainda não tinham efetuado ações no âmbito do primeiro edital, realizado em 2021, pelo Plano Integrado de Saúde nas Favelas do Rio de Janeiro.

O presidente da Fiocruz, Mário Moreira, disse que a ação representa marco significativo na promoção da saúde integral da população das favelas do estado do Rio de Janeiro. "Com essa iniciativa, reconhecemos o trabalho das organizações que atuam nas comunidades e, sobretudo, a importância da participação social na formulação das soluções para esses territórios", avaliou. Moreira disse não ter dúvida de que os projetos selecionados terão impacto positivo e

transformador não apenas nas comunidades diretamente beneficiadas, mas também servindo de exemplo inspirador para todo o país. O plano integrado foi criado durante a pandemia de Covid-19, com objetivo de apoiar respostas sociais às questões emergenciais nas favelas e contribuir para ampliar a participação social nas ações de saúde, auxiliando no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Dos novos 56 projetos selecionados, 15 incluem ações em favelas de Niterói, oito em São Gonçalo, sete em Duque de Caxias, cinco em Mesquita e quatro em Itaguaí e Belford Roxo. Na cidade do Rio de Janeiro, serão apoiados 25 projetos nas favelas da zona norte, 15 nas comunidades da zona oeste, 9 nas favelas da zona sul e cinco na região central da capital fluminense. As propostas apresentam foco na construção e manutenção de cozinhas comunitárias e segurança alimentar, atividades de educação em saúde, treinamento profissional em saúde com foco nas comunidades, ações ligadas à saúde mental, agroecologia e comunicação.

GUERRA NO ORIENTE

Israel ameaça responder a ataque iraniano e Irã adverte para retaliação

O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, disse a diplomatas britânicos e alemães ontem, que vai responder ao ataque iraniano contra o território israelense. Ante o recado, o presidente do Irã, Ebrahim Raisi, advertiu durante um evento em Teerã que a "menor invasão" de Israel teria uma retaliação "maciça".

A troca de ameaças mantém os riscos de um conflito maior entre Irã e Israel em alta, enquanto autoridades e diplomatas agem para evitar a escalada. O Irã atacou Israel no dia 14 com 300 mísseis e drones e justificou a ação como retaliação ao ataque aéreo israelense contra a embaixada iraniana na Síria, no dia 1º.

Ontem, no entanto, o chanceler do Reino Unido, David Cameron, reconheceu que vai haver uma resposta de Israel, apesar de não estar claro como e quando deve acontecer. "É claro que os israelenses vão tomar a decisão de agir", disse à emissora BBC. "Esperamos que eles façam isso de uma forma que contribua o míni-

mo para agravar a situação."

Cameron foi a Jerusalém com a ministra das Relações Exteriores da Alemanha, Annalena Baerbock, para se encontrar com Netanyahu. Na conversa, o premiê afirmou que Israel "faria o necessário para se defender" e garantiu que resistiria à pressão externa sobre como agir.

Os países do G-7, próximos a Israel, discutem sanções econômicas contra o Irã como punição pelo ataque, na tentativa de distorcer o governo israelense de agir de forma violenta. Entretanto, segundo o gabinete de Netanyahu, ele agradeceu aos aliados israelenses pelo "apoio em palavras e ações", mas ressaltou que tomaria as próprias decisões.

A grande preocupação das nações aliadas é que as respostas alimentem um ciclo de violência no Oriente Médio, que pode desviar o foco da guerra de Israel contra o Hamas na Faixa de Gaza e se transformar num conflito regional com implicações mundiais. "O objetivo agora é deter o Irã sem maiores escaladas", dis-

se Annalena Baerbock.

Segundo as autoridades, a viagem a Israel também teve o objetivo de pressionar por um cessar-fogo na Faixa de Gaza, onde mais de 33 mil palestinos, a maioria mulheres e crianças, foram mortos.

Desde o ataque do Irã, no entanto, as atenções do governo israelense foram desviadas para o combate com o Irã. O gabinete de guerra se reuniu diversas vezes desde o fim de semana sem nenhuma decisão aparente sobre a resposta que daria ao ataque iraniano. De acordo com autoridades ouvidas sob anonimato, o gabinete considera desde um ataque direto ao Irã até um ataque cibernético ou assassinos seletivos, com a finalidade de enviar uma mensagem clara ao Irã sem provocar uma grande escalada.

Os mísseis e drones enviados contra Israel no sábado foram a maioria interceptados pelas defesas aéreas de Israel com o apoio dos EUA, Reino Unido, França e Jordânia. Os aliados israelenses condenaram o ataque.

EUA

Seleção de jurados segue e Trump acusa juiz

A seleção do júri que decidiria se Donald Trump, o primeiro ex-presidente dos EUA a sentar no banco dos réus, é culpado ou inocente no caso Stormy Daniels avançou rapidamente na terça-feira, com a escolha de sete jurados. Ao todo, serão 12 mais seis suplentes.

Os trabalhos do tribunal serão retomados hoje e, se o ritmo mantido, as alegações iniciais podem ter início na segunda, afirmou o juiz Juan Merchan.

Ao deixar o tribunal em Manhattan, Trump acusou o juiz de "apressar" o julgamento e repetiu que seria vítima de uma perseguição. "Ele está fazendo o máximo que pode pelos jurados sob anonimato", declarou Biden e deve acabar", declarou mesmo sem qualquer evidência de interferência da Casa Branca na ação da Justiça de Nova York. Advogados e promotores vasculharam as redes sociais dos potenciais jurados - cidadãos anônimos indicados por sorteio - que foram questionados sobre a opinião que têm de Trump e capacidade de agir com isenção.

MEDIATE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 03.382.860/0001-25

Relatório da Administração - Em 31 de Dezembro de 2023 - Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinados através das próprias demonstrações contábeis. Rio de Janeiro, 11 de março de 2024. Mediate Participações S.A.

Balancos Patrimoniais - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais). Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

Notas Explicativas - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais). 1. Contexto Operacional: A Mediate Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro...

TOPÁZIO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 03.001.330/0001-90

Relatório da Administração - Em 31 de Dezembro de 2023 - Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinados através das próprias demonstrações contábeis. Rio de Janeiro, 13 de março de 2024. Topázio Participações S.A.

Balancos Patrimoniais - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais). Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

Notas Explicativas - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais). 1. Contexto Operacional: A Topázio Participações S.A. ("Companhia"), sociedade de capital fechado com sede no Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras...